

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 18.413/07/1^a Rito: Sumário
Impugnação: 40.010120413-19
Impugnante: Campneus Líder de Pneumáticos Ltda
Proc. S. Passivo: Luis Valentim Malaquias dos Reis
PTA/AI: 16.000153078-39
Inscr. Estadual: 647.0188991.22-78
Origem: DF/Passos

EMENTA

RESTITUIÇÃO – ICMS/ST. Pedido de restituição de valor supostamente recolhido a maior em virtude da não observância, pelo substituto tributário, da redução da base de cálculo do imposto, nos termos do Convênio ICMS 127/02 e suas alterações. Não comprovado pela Impugnante ter assumido o encargo financeiro e não estando autorizada pelos contribuintes de fato a pleitear a restituição, nos termos do artigo 166 do CTN, correto o indeferimento do pedido. Impugnação improcedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O contribuinte acima identificado pleiteia a restituição de R\$ 81.528,13 (valor original conforme planilhas de fls. 26/31) pagos a maior a título de ICMS/ST em virtude da não observância, pelo substituto tributário, da redução da base de cálculo do imposto, nos termos do Convênio ICMS 127/02 e suas alterações.

O Delegado Fiscal da Delegacia Fiscal de Passos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40 da CLTA/MG aprovada pelo Decreto 23.780/84, com fundamento no art. 39 da referida CLTA/MG e no parecer fiscal de fls. 174/176, indeferir o pedido do contribuinte conforme Despacho de fls. 176.

Inconformada, o Requerente apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 179/180, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 1.064/1.068.

DECISÃO

Trata-se o presente PTA de pedido de restituição de indébito, no valor original de R\$ 81.528,13, relativo ao período de outubro/02 a novembro/05, pagos a título de ICMS/ST, em virtude da não observância, pelo substituto tributário, da redução da base de cálculo do imposto, nos termos do Convênio ICMS 127/02 e suas alterações.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O CTN, Lei 5172/66, ao tratar da restituição de pagamento indevido de tributos, determina em seu artigo 166:

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Também, o RICMS/MG aprovado pelo Decreto 43.080/02 define em seu art. 92, parágrafo 3º:

Art. 92 - A importância indevidamente paga aos cofres do Estado, a título de ICMS, será restituída sob a forma de aproveitamento de crédito, para compensação com débito futuro do imposto, mediante requerimento do contribuinte, instruído na forma prevista na legislação tributária administrativa estadual.

.....

§ 3º - A restituição do imposto somente será feita a quem provar haver assumido o respectivo encargo financeiro ou, no caso de o ter transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Finalmente, a CLTA/MG aprovada pelo Decreto 23.780/84, prevê:

Art. 36 - A restituição de importância paga indevidamente a título de tributo ou penalidade depende de requerimento contendo:

....

§ 2º - A restituição de tributos que comportem transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove havê-lo assumido, ou, no caso de o ter transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 39 - Na falta de documento a que se refere os artigos 36 e 38, o requerente será intimado a complementar o pedido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena do seu não conhecimento.

Embora afirme o contrário, o Requerente não comprova o não repasse ao consumidor final do valor referente ao ICMS/ST recolhido indevidamente, como também, não apresenta qualquer documento com expressa autorização de terceiro para o qual esse ônus tenha sido transferido.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em sua peça defensiva o Impugnante sustenta que é parte legítima para requerer a restituição do indébito uma vez que suportou o ônus do tributo indevidamente recolhido ao reduzir a margem de lucro final dos produtos comercializados, sendo que foi obrigado a efetuar suas vendas em valores inferiores àqueles previstas para a substituição tributária.

O Fisco por sua vez, demonstra, exemplificando um dos produtos, que houve, sim, o repasse do imposto retido, embora o preço cobrado seja exatamente igual à base de cálculo da substituição tributária.

Não obstante essas considerações, tem-se que o fator principal a impedir o reconhecimento à restituição pleiteada refere-se à questão da repercussão do tributo, ou seja, a Impugnante não comprova ter assumido o encargo financeiro do imposto indevidamente pago, nem estar autorizada pelos destinatários a receber a restituição, deixando, assim, de atender o disposto no art. 166 do CTN, bem como norma idêntica constante da legislação tributária estadual – art. 36, § 2º, da CLTA/MG e art. 92, § 3º do RICMS/02.

Sem razão o Requerente. A uma, pelo fato de que o óbice principal ao recolhimento da restituição pleiteada refere-se à questão legal, ou seja, não comprovando de forma inequívoca o ônus do tributo ou a autorização daqueles que o suportaram, não se atende ao disposto no art. 166 do CTN e seus equivalentes nas normas estaduais.

A duas, considerando que a época dos fatos geradores o Impugnante sequer conhecia o erro da remetente, é possível afirmar, com certeza, que todos os valores incorporados ao custo foram transferidos para os adquirentes, independentemente da margem de comercialização praticada.

Vale acrescentar que dentre os clientes do Impugnante, vários são contribuintes do ICMS (transportadoras) que se apropriaram do imposto conforme os valores informados pela remetente.

Em caso de restituição, a manutenção desses créditos pelos clientes do Impugnante estaria em desacordo com a legislação e o princípio da não-cumulatividade. Assim, à luz da legislação vigente, reputa-se correto o indeferimento do pedido de restituição.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar improcedente a impugnação. Participaram do julgamento, além do signatário, os Conselheiros Antônio César Ribeiro (Revisor), Rosana de Miranda Starling e Rodrigo da Silva Ferreira.

Sala das Sessões, 04/09/07.

Roberto Nogueira Lima
Presidente/Relator

Rnl/ml